

## **FORMAÇÃO CONTINUADA EM GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: inquietações sobre a Pedagogia das Diversidades nos escritos dos gestores**

Ana Paula Romão de Souza Ferreira  
Professora do Departamento de Habilitações Pedagógicas  
(Centro de Educação/Universidade Federal da Paraíba/UFPB)  
E-mail: anarosfe@hotmail.com

### **EIXO TEMÁTICO: 4. Formação e valorização de profissionais da educação**

#### **INTRODUÇÃO**

A sociedade atual é formada por diferentes formas de identidades culturais. Identidades estas que não são respeitadas em suas diversidades e em suas singularidades. A escola vivencia um cotidiano cheio de reflexos desta sociedade que exala preconceitos de classe, gênero, orientação sexual, lugar geográfico, geração, diversidade religiosa entre outros. Por sua vez, estes preconceitos, também, estão associados aos problemas educacionais, como: a violência, a evasão e a repetência. (CANDAU, 2000).

Sendo, portanto, a gestão escolar um elemento central para desenvolver parâmetros que suscitem uma escola inclusiva, desenvolvendo ações e projetos que garantam a formação de indivíduos com direito ao acesso à instrução, seu bom desempenho, permanência e aprovação escolar, mas, sobretudo o ensino humanitário, ancorado no respeito às diversidades culturais.

Em 2009, o Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) divulgou o resultado de uma investigação sobre Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar realizada em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), que fora realizada em 501 escolas de todo o Brasil. Os sujeitos participantes desta pesquisa foram estudantes, pais, mães, professores, funcionários e **gestores**. O estudo revelou que **99,3%** das pessoas possuem algum tipo de preconceito, seja ele, socioeconômico, etnicorracial, com relação a portadores de necessidades especiais, territorial, gênero, orientação sexual ou geração.

Segundo os resultados, ainda, o maior índice de preconceito encontrado foi contra os portadores de necessidades especiais com 96,5%, logo seguida vem o preconceito etnicorracial com 94,2%, já 93,5% apresentaram preconceito de gênero, 91% preconceito de geração, 87,5% possuem preconceito socioeconômico, 87,3% possuem com relação à orientação sexual e 75,95% de território. A pesquisa revelou, também, que **99,9%** das pessoas buscam manter distanciamento de algum ou mais grupos acima referenciados. (INEP, 2009).

Diante destes dados, acredita-se que as políticas públicas e as ações geradas no chão da escola através de projetos empenhados pelos gestores devam considerar que esse fenômeno não pode ser pensado de forma isolado. Não se trata de combater apenas um tipo de preconceito mais de vários tipos de discriminações que foram externalizadas, inclusive por gestores!

De fato, estes dados contrastam com alguns documentos legais, como a Constituição Federal (1988), que já havia estabelecido há mais de vinte anos a garantia e a valorização da

diversidade cultural. O artigo 210 da Constituição Federal estabeleceu que: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito a valores culturais e artísticos nacionais e regionais”. (SIQUEIRA, 2009).

Outro documento importante foram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que tematizaram e orientaram práticas pedagógicas sobre a pluralidade cultural, desde 1988, mas muitos gestores atribuíram que o aspecto normativo desta legislação engessava as ações, tanto as pedagógicas, quanto as que poderiam ser desenvolvidas com a comunidade – não materializando o que apregoava estas orientações. Apenas, recentemente, com novas legislações específicas<sup>1</sup> é que de fato a escola consegue desenvolver ações interdisciplinares em algumas áreas de conhecimentos para trabalhar a(s) diversidade (s).

As inquietações centrais observadas nos escritos dos gestores foram: a gestão escolar deve exercer o desafio do cumprimento do programa escolar ou realizar uma prática inclusiva? Priorizar as metas de acesso e permanência ou as metas de diminuição do índice de violência? Ou, ainda, cuidar da formação propedêutica ou humanista? O tempo é curto e, por vezes, os mesmos se perguntam: Qual o maior desafio? **Como trabalhar para desenvolver estes desafios de forma articulada?** Eis, a questão central!

Apenas como ilustração, registro inquietações minhas que ficaram gravadas na memória, no encerramento de um debate sobre o tema *Inclusão e Diversidade* - cujo público, em sua maior parte era composto por gestores escolares - quando após a apresentação expositiva fui indagada por alguém da plenária sobre qual seria o meu ponto de vista sobre qual o modelo de escola eu seguiria: o que cumprisse as metas estabelecidas para universalizar e melhorar o desempenho escolar ou o que priorizasse o desempenho de um projeto voltado para um tipo de pedagogia inclusiva.

Foi então que respondi: “— Não adianta um modelo de escola que possui um bom índice do IDEB, por exemplo, mas vai mal quanto à violência escolar, e vira manchete, pela violência, e não pelo IDEB. Nem tampouco, uma escola que ganhe o selo UNESCO do trabalho com a diversidade e redução do índice de violência, mas possui o pior IDEB do estado! E, mais ainda, esta última só ganha a manchete por ter tido o pior IDEB. Eu conheço estas duas realidades em nosso estado! Como não somos jornalistas e muito menos os donos do jornal [da mídia globalizada] e não podemos mudar as manchetes. Temos que mudarmos as nossas ações: queremos escolas com bom IDEB, que combata o preconceito e a violência e desenvolva ações voltada para o respeito às diversidades culturais. Digo isto, considerando todos os limites estruturais que existem e que nós já ressaltamos aqui! Este tem sido um aprendizado meu, ao dialogar com meus orientandos e desenvolver pesquisas e extensão nesta área...” (FERREIRA, 2011).

Dessa forma, a escola voltada para uma pedagogia da diversidade, não é a que negue a constituição das metas educacionais sobre a universalização do acesso e a lógica da escola do ‘sucesso’, mas a que reflète que este possível ‘sucesso escolar’ só terá consistência (dentro e fora da instituição) se a escola não desconsidere a formação para a(s) diversidade (s).

## **A formação da(s) Identidade (s) através da Pedagogia das Diversidades Culturais**

Hall (2000), importante teórico sobre a identidade, nos convida a entendermos sobre *quem precisa da identidade?* Ele afirma que todos os sujeitos que falam a partir de uma posição histórica e cultural específica necessitam descobrir ou se encontrarem em uma dada identidade. Hall, afirma ainda, que há duas formas diferentes de pensarmos a identidade cultural.

Uma, seria a **Identidade cultural** enquanto sentimento de busca de uma verdade sobre seu passado – *quem eu fui?* – A outra, a busca de uma identidade de um indivíduo ou de um grupo interrogando-se sobre *quem eu sou? Ou quem poderei ser?*. Sendo assim, a busca da identidade cultural necessita de uma prática social que, por sua vez, surge de sistemas simbólicos e/ou sistemas concretos. Por exemplo, a identidade etnicorracial de um indivíduo ou de um grupo pode ser assumida tanto pela referência da ancestralidade como pela referência da cor da pele.

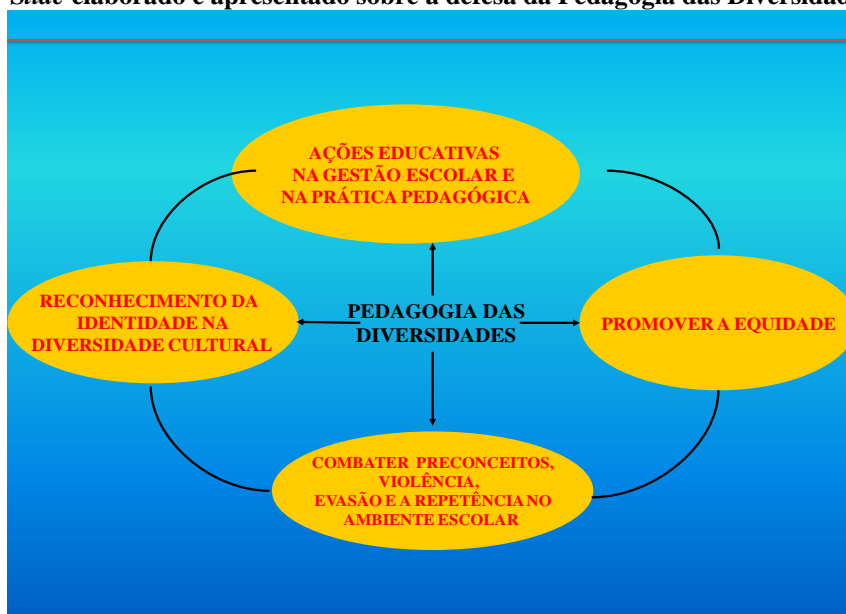
Compreendemos que entre tais sistemas (simbólico e concreto) a pedagogia pode contribuir para uma mediação de todos estes encontros: quem eu fui, quem eu sou e quem poderei ser! Paulo Freire já cogitara sobre a emergência de uma reflexão sobre a ‘unidade na diversidade’ em sua obra *Política e Educação* (2001, p.18): “As diferenças interculturais existem e apresentam cortes: de classe, de raça, de gênero e, como alongamento destes de nações (...) estas diferenças geram ideologias, de um lado discriminatórias, de outro, de resistências”.

Para Freire, não é a cultura discriminada que gera a cultura discriminatória, mas a cultura hegemônica que o faz. A cultura discriminada gesta uma ideologia de resistência, em função de sua experiência de luta. (FREIRE, 2001). Quais lutas? Quais resistências? Resistências e lutas contra os preconceitos em um constante processo de afirmação de suas identidades. Identidade de ser trabalhador, de ser mulher, de ser negro, de ser índio, de ser camponês etc. E só a partir da aceitação de uma dada identidade é que o sentimento de pertença de um grupo pode se firmar enquanto sujeito ou organização social, mas só chegará neste estágio se tiver uma *práxis* pedagógica.

Portanto, uma Pedagogia das Diversidades. Mas, afinal, o que conceituamos ou contextualizamos como sendo uma Pedagogia das Diversidades?

Desenvolvemos um desenho explicativo para dialogarmos mais sobre o sentido e possivelmente, a elaboração de um conceito sobre a ‘Pedagogia das Diversidades’.

Fig. 1 – Slide elaborado e apresentado sobre a defesa da Pedagogia das Diversidades



Fonte: Arquivo pessoal, 2012.

A escola possui um papel importantíssimo na construção da promoção da equidade humana – esta por sua vez, possibilita um reconhecimento da diversidade cultural, porque

busca uma igualdade, ao mesmo tempo em que conserva a diferença. Nesse sentido, a **Pedagogia das Diversidades** reflete sobre os preconceitos existentes e suas formas de violência (verbal, física, psicológica, *bullying* etc), seu efeitos sobre o desenvolvimento psicopedagógico dos educandos e as ações necessárias para o combate à exclusão educacional. Estas ações necessitam de diagnóstico, planejamento, acompanhamento e avaliação tanto na prática pedagógica, quanto nas **ações educativas da gestão escolar**.

O nosso destaque ao papel da gestão escolar está de encontro ao posicionamento de Cury *apud* Colares (2002, p. 165):

A gestão implica um ou mais interlocutores com os quais se dialoga pela arte de interrogar e pela paciência em buscar respostas que possam auxiliar no governo da educação segundo a justiça. Nesta perspectiva, a gestão implica o diálogo como forma superior de encontro das pessoas e solução dos conflitos.

Ao atribuímos à gestão escolar, como sendo ela, a interlocutora privilegiada para o diálogo sobre as diversidades culturais com todos os sujeitos, políticas públicas e estruturas/esferas educacionais não tem como não mencionarmos sobre o caráter democrático que ela necessita fortalecer. Uma vez que, todos os avanços e debates em torno dos mecanismos para à democratização da gestão só fazem sentido, se a democracia requerida for de encontro ao reconhecimento das diversidades. Apesar da constante ressignificação do termo ‘democracia’, nunca foi tão importante enfatizar o fato que em seu nascedouro ocidental do mundo grego, a *democracia* se dizia ‘para todos’, mas excluía as mulheres, os escravos, os imigrantes (estrangeiros), os sem títulos nobres etc.

Esta *ressignificação* talvez seja o foco central de uma reflexão inclusiva, pois compreendemos que através da Pedagogia das Diversidades a gestão poderá olhar para os chamados excluídos - com suas variantes identidades culturais – e ir além da narrativa histórica e da análise antropológica. Procurará, pois, dá sentido ao processo educativo através de uma *práxis* multi e intercultural no ambiente escolar e todo seu entorno. Portanto, entendemos que **a Pedagogia das Diversidades compreende um conjunto de reflexões e ações educativas em ambientes escolares e não escolares que visa combater os mais variados tipos de preconceitos.**

Assim, a Pedagogia das Diversidades ganha força a partir de inúmeras atividades realizadas nos últimos doze anos, por ações dos movimentos sociais e pela implantação de programas do Governo Federal, a exemplo do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade (2003).

O Programa promove a formação continuada de **gestores e educadores** das redes estaduais e municipais de ensino para que sejam capazes de oferecer educação especial na perspectiva da educação inclusiva. O objetivo é que as redes atendam com qualidade e incluam nas classes comuns do ensino regular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. [...] Atualmente, o programa está em funcionamento em 162 municípios-polo. Em parceria com o Ministério da Educação, esses municípios oferecem cursos, com duração de 40 horas, em que são formados os chamados multiplicadores. Após a formação recebida, eles se tornam aptos a formar outros gestores e educadores. De 2003 a 2007, a formação atendeu 94.695 profissionais da educação com a participação de 5.564 municípios. (BRASIL, MEC, 2012).

Ainda que o debate de inclusão necessite atender outros sujeitos – formação de educadores e gestores para implantar a inclusão de pessoas com deficiências ou super dotação – este representa um avanço em termos da almejada Pedagogia das Diversidades, no sentido de promover a equidade e abolir a discriminação no ambiente escolar.

### **Os escritos dos gestores em sua produção científica da Escola de Gestores-PB sobre as Diversidades Culturais**

Segundo o Ministério da Educação (MEC) o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública faz parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e consiste, consubstancialmente, em Formação Continuada direcionada aos gestores escolares, em forma de Pós-Graduação *Lato Sensu*:

Surgiu da necessidade de se construir processos de gestão escolar compatíveis com a proposta e a concepção da qualidade social da educação, baseada nos princípios da moderna administração pública e de modelos avançados de gerenciamento de instituições públicas de ensino, buscando assim, qualificar os gestores das escolas da educação básica pública, a partir do oferecimento de cursos de formação à distância. (BRASIL, MEC, 2012).

Para garantia de seu funcionamento possui parceiros como as universidades públicas, a União Nacional dos Dirigentes Municipais (UNDIME), associações de dirigentes estaduais, entre outros, e tem como objetivos:

- Formar, em nível de especialização (*lato sensu*), gestores educacionais efetivos das escolas públicas da educação básica, incluídos aqueles de educação de jovens e adultos, de educação especial e de educação profissional.
- Contribuir com a qualificação do gestor escolar na perspectiva da gestão democrática e da efetivação do direito à educação escolar com qualidade social. (BRASIL, MEC, 2012).

A necessidade de possibilitar formação continuada aos gestores escolares tem sido reivindicação dos gestores e uma necessidade de melhorar a qualidade da gestão em seus aspectos técnicos e do desenvolvimento humano. Segundo o coordenador da Escola de Gestores, na Paraíba, o professor Wilson Honorato Aragão:

A conclusão da segunda turma, agora, recentemente em 2012, reafirma as inquietações de quando formamos a primeira turma em 2010: Temos que continuar! Tudo é muito rico, nunca esqueço quando um gestor me afirmou em sua banca de Conclusão de Curso: **‘foi preciso estudar e refletir sobre minha prática para se dá conta que estava sendo um gestor autoritário’**. Quando ele segurou o diploma seus olhos encheram de lágrimas e disse que a partir de então ele se considerava outro, no sentido de sentir a necessidade de executar outra prática [...]. (ARAGÃO, 2012).

Esta fala traduz os anseios dos Gestores que sentem a necessidade de refletirem sobre suas práticas, também, de interligarem a vivência da administração escolar e seus desafios com a vontade de melhorar o seu exercício de liderança. O grande aprendizado disso tudo é que liderança não se impõe e, sim, se conquista. Nenhum gestor quer a mecha de ser considerado autoritário, embora reconheça que não é fácil deixar de sê-lo!

Márcia Ângela Aguiar (2011), nos ajuda a refletir sobre estes anseios dos gestores que podem ser traduzidos em aprendizagens para se consolidarem enquanto lideranças: “Com tal dimensão, foram traçados objetivos que focalizavam o diretor escolar como uma liderança, cuja formação continuada deveria enfatizar os aspectos técnicos e instrumentais, o que possibilitaria qualificar e otimizar os processos de trabalho no cotidiano escolar.”

Aguiar (2011), ainda coloca a importância da Escola de Gestores em seu patamar estruturante:

Neste sentido, o curso foi estruturado em torno de três eixos articulados entre si: o direito à educação e a função social da escola básica; políticas de educação e a gestão democrática da escola; projeto político-pedagógico e práticas democráticas na gestão escolar. Esses eixos foram consubstanciados em seis *salas-ambientes* utilizando a plataforma tecnológica e-Proinfo, do MEC.

A primeira turma da Escola de Gestores, formada na Paraíba, realizou todas as atividades desenvolvidas na plataforma *moodle* e passaram por todas as salas de aula *on line*: Introdução ao Ambiente Virtual, Fundamentos do Direito à Educação; Políticas e Gestão na Educação; Planejamento e Práticas da Gestão Escolar; Tópicos Especiais; Oficinas Tecnológicas; e Projeto Vivencial. Na última sala, intitulada ‘Projeto Vivencial’, os cursistas iniciaram o desenvolvimento de um tema investigativo, elaboração do projeto de pesquisa e orientação para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

Em nossas análises sobre os escritos dos gestores podemos perceber nas pesquisas desenvolvidas e registradas nos Trabalhos de Conclusões de Curso (TCCs), os anseios para contemplar a diversidade. Esta investigação vem sendo desenvolvida a partir da análise de dez trabalhos de gestores, que concluíram a primeira turma da escola de Gestores em 2010.

Todavia, como recorte de pesquisa, apresentaremos breve análise do trabalho ‘GESTÃO DEMOCRÁTICA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: reflexões sobre os desafios e conquistas no exercício da democracia escolar’, de autoria de Maria Santana Gomes de Lemos, sob nossa orientação, que nos chamou a atenção em sua preocupação investigativa, quando na sua problemática, inquietava sobre: *Como a Gestão Democrática na Escola (Severino Cabral) está compreendendo a efetivação de uma prática educativa de inclusão voltada para a valorização da diversidade cultural e o combate aos preconceitos?* Destacamos as categorias teóricas para o desenvolvimento deste trabalho, mencionadas pela autora na exposição de sua apresentação:

As nossas categorias teóricas são: A **Gestão Democrática** e a **Educação Inclusiva**. Sobre a primeira categoria, compreendemos que, segundo Dalbério (2007), a origem da palavra gestão advém do verbo latino *gero*, *gessi gestum gerere*, cujo significado é levar sobre si, carregar, chamar a si executar e gerar. Desse modo, gestão é a geração de um novo modo de administrar uma realidade sendo, então, por si mesma, democrática, pois traduz a ideia de comunicação pelo envolvimento coletivo, por meio da discussão e do diálogo. E, na segunda categoria: [...] O dever do Estado com a Educação Especial será efetivado mediante a garantia de atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL,1988). (LE MOS, 2010).

Embora, Lemos na sua apresentação formal em *slides*, tenha deixado transparecer limites do [seu] entendimento conceitual sobre a educação inclusiva, ao decorrer da fundamentação teórica ela elucida com mais propriedade sobre a sua concepção de inclusão e abrangência do termo:

A escola inclusiva é aquela que acomoda todos os alunos independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, sendo o principal desafio desenvolver uma pedagogia centrada no aluno, capaz de educar e incluir além dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, aquelas que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estejam repetindo anos escolares, as que sejam forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas, as que vivem em extrema pobreza, as que são vítimas de abusos, as que estão fora da escola, pois a inclusão não se aplica apenas aos alunos que apresentam alguma deficiência.

Portanto, esta reflexão conduz há uma apropriação maior quanto ao tratamento da diversidade das sociedades contemporâneas que são formadas por diferentes classes e identidades culturais. Ainda, na análise deste trabalho, merece destaque alguns fragmentos dos resultados da investigação que Lemos (2010) se propôs:

QUADRO 1- EXPERIÊNCIA COM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

CO-SUJEITO DA PESQUISA	TEMA	RESPOSTA
Fala de Uma Psicopedagoga	Gestão Democrática e Educação inclusiva	A (minha) atuação como psicopedagoga na escola tem sido a cada dia uma conquista, pois não foi fácil conseguir a adesão dos professores à causa, sendo de muita importância o apoio das gestoras, já que havia certa resistência dos professores quanto ao trabalho com alunos especiais

Fonte: LEMOS, M. S. G de. Trabalho de Conclusão de Curso, 2010.

Para comentar este quadro, a cursista Lemos enfatizou que:

É inegável que as dificuldades existam. E no caso aqui em foco, a prática da democracia na escola, se constitui em um processo de conquistas. O combate aos preconceitos contra alunos especiais e outros tipos de preconceitos na escola, numa sociedade tão desigual, tem ocorrido de forma bastante precária, no entanto, dependendo do posicionamento do gestor, num esforço conjunto com os segmentos da escola, é possível investir num melhor atendimento.

O importante é destacar que na concepção da gestora – em sua condição de investigadora – a educação inclusiva é difícil de ser realizada e depende de todos os segmentos envolvidos, mas chamou para si, o papel de propulsora da ação. Uma vez que de acordo com a fala da psicopedagoga o maior entrave se encontrava no segmento docente,

quando exclamou: ‘ já que havia certa resistência dos professores quanto ao trabalho com alunos especiais’. Pode não ter sido intencional, mas é comum, por vezes colocar culpa em outro segmento, mas o nosso destaque é para a análise da gestora-pesquisadora que compreendeu o problema e procurou refletir sobre o combate aos preconceitos numa dimensão para resolver através de ‘um esforço conjunto’. Este *esforço conjunto* tem plenas condições de exercer uma Pedagogia das Diversidades.

É, nesse sentido, que ilustramos aqui a necessária construção de uma Pedagogia das Diversidades nas ações dos gestores, que para isso, necessitam de ações e reflexões. Reflexões estas, que podem ser traduzidas nas reuniões de planejamento e avaliações, ou na formação continuada, a exemplo do curso de Pós Graduação *lato sensu*, efetivado pelo Programa Nacional Escola de Gestores, e realizado na Paraíba.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Defendemos uma ideia que a valorização das diferenças e busca das identidades culturais no ambiente escolar e para além dele necessita de uma Pedagogia das Diversidades. Nesse processo, a busca por ações voltadas para a equidade no fazer educativo depende de uma articulação entre os mais variados segmentos envolvidos. A importância da liderança de um gestor ou gestora, nesse processo é fundamental, desde que a concepção da gestão seja plenamente democrática e participativa. A valorização de cada indivíduo e o reconhecimento de suas identidades propicia um grupo heterogêneo na forma, porém coeso nas ações.

Estamos em sintonia com Boaventura de Sousa Santos, quando ele afirma que: “Temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e temos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.” Esta essência da diversidade pode ser considerada contraditória, mais impulsiona as transformações necessárias para uma sociedade sem preconceitos.

Diversos segmentos da escola, ainda não entenderam a importância do respeito às Diversidades. Mas, não somente eles, vários teóricos e pesquisadores educacionais, ainda, na atualidade, acham que basta a escola implantar programas de combate à evasão e pronto! Ou que a melhoria da qualidade do ensino está apenas associada à assimilação dos conteúdos prescritos nas orientações curriculares e no bom desenvolvimento de técnicas pedagógicas.

Isto se deve – em nossa concepção – pela falta de conhecimento ou pelo fato das heranças racistas, patriarcais, homofóbicas, xenófobas entre tantas outras intolerâncias, entrarem na escola e se estabelecerem lá através do livro didático, na postura de educadores, de gestores, de educandos etc. e se configurarem como ‘normais’.

Contudo, consideramos que a falta de informações e conhecimento sobre os mais variados tipos de preconceitos necessitam de estudo, reflexões e ações articuladas para construirmos outra escola. Uma escola sem preconceitos.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela da S. Formação em gestão escolar no Brasil nos anos 2000: políticas e práticas. In.: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. V. 27. N.1. Jan-Abr, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19968/11599>. Acessado em: 02 de jul de 2012.



ARAGÃO, Wilson Honorato. Coordenador do Programa Nacional da Escola de Gestores da Educação Básica Pública, Paraíba. [Discurso de Encerramento da Segunda Turma]. João Pessoa, 2012.

BRASIL. INEP: Pesquisa sobre Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar. In.: ALBUQUERQUE, Flávia. **Pesquisa indica que há 99,3% de preconceito no ambiente escolar**. Agência Brasil, junho. 2009. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/06/17/materia.2009-06-17.8057908621/view>> Acesso em: 26 de set. 2010.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3. ed. Brasília: A Secretaria, 2001. 164p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Gráfica do Senado, 1988

CANDAU, V. M. **Interculturalidade e educação escolar**. In: CANDAU, V. M. (org.) Reinventar a escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

COLARES, M.L. I.S; ROCHA, S.H. X.; COLARES, A. A. **Gestão Educacional: práticas reflexivas e proposições para escolas públicas**. Belém: GTR, 2012.

FERREIRA, Ana P. Romão de S. Educação, Inclusão e Diversidade. IX Encontro dos Gestores da APAE-PB. [Fala expositiva da mesa sobre Inclusão e Diversidade]. João Pessoa, 2011.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In.: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LE MOS, Maria Santana Gomes de. **GESTÃO DEMOCRÁTICA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: reflexões sobre os desafios e conquistas no exercício da democracia escolar**. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Pública Básica. João Pessoa, 2010.

SALLES, Leila Maria Ferreira; SILVA, Joyce Adam de Paula e. **Diferenças Culturais, Preconceitos e Violência: Elementos de reflexão para a ação dos profissionais da educação na escola**. In: II Congresso Ibero-Americano sobre Violências nas Escolas, 2005, Belém-Pará. Anais do II Congresso Ibero-Americano sobre Violências nas Escolas, 2005. v. II.

SIQUEIRA, Eugênia Portela de. O Processo de Implantação da Lei 10.639/2003 nas Escolas Públicas de Campo Grande – MS: as contribuições das práticas antirracistas na formação do cidadão negro e não negro. In.: AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Org.). **Educação e Diversidade: estudos e pesquisas**. 2 vol. Recife: Gráfica J. Luíz Vasconcelos Ed, 2009.

NOTAS

---

1 Há exemplos das Leis Federais 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008 que obrigam as escolas a trabalharem em seus currículos a História Africana e de Cultura Afro Brasileira e Indígena.